



Diamantino/MT, 30 de Maio de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO

Ilustríssimo Senhor Presidente da Comissão de Licitação,
Sr. Nicholas da Costa Machado

Ref.: PROCESSO N° 509/2018 – TOMADA DE PREÇO N° 006/2019.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO/
COMPLEMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS PADRÃO ALIMENTADORA PARA O
ASSENTAMENTO BOJUI NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.

RECURSO ADMINISTRATIVO

MOROCKOSKI CONSTRUÇÕES LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Sob o nº 06.201.820/0001-28, com sede na Rua 02 nº 04 – Quadra 03 – Bairro São José, nesta Cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, por meio de seu representante legal, que a esta subscreve, vem tempestivamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO contra a decisão da comissão de Licitação de **INABILITAR do presente certame a empresa MOROCKOSKI CONSTRUÇÕES LTDA-EPP**, pelas razões fáticas, técnicas e jurídicas a seguir delineadas:

1-NOTA INTRODUTÓRIA

Ilmo. Sr. Presidente da Comissão de Licitação, preliminarmente louvamos o imenso esforço de vossa senhoria em aplicar, ao julgamento dos documentos e habilitação, os princípios básicos advindos da constituição Federal e das Leis de Licitações Públicas. É com reverência que apresentamos nosso sincero respeito, sentindo-nos, contudo, forçados a discordar da avaliação.

Justamente por essas razões, faz-se necessário esclarecer que o presente Recurso não possui caráter procrastinatório, tão pouco, o interesse de prejudicar a supremacia do interesse Público. Muito pelo contrário, o que se almeja ao final é apenas reparar alguns aspectos mal resolvidos durante a sessão de licitação e no julgamento dos documentos de habilitação de nossa empresa.



2-DOS FATOS

No dia 24 de Maio de 2019, às 08:00 horas, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO** deu abertura á Tomada de Preço nº 006/2019, contratação de empresa especializada em construção/ complementação de estradas vicinais padrão alimentadora para o assentamento bojuí no Município de Diamantino-mt, conforme Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Projeto Arquitetônico e Complementares em Anexo, Conforme Especificações do Edital..

Após abrir o envelope contendo os documentos de habilitação das empresas e analisar todas as documentações, o ilustre Presidente desta Colenda declarou a empresa **MOROCKOSKI CONSTRUÇÕES LTDA –EPP** como INABILITADA do presente certame por não apresentar Documento de Inscrição do Cadastro de Contribuinte estadual.

Vejamos o item de que trata da documentação:

5.9.2 - Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo ao domicilio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objetivo licitado;

Nesse sentido, Sentimo-nos forçados a discordar de que a documentação de Habilitação esteve incompleta, incorreta ou mesmo que contrariasse qualquer dispositivo deste edital, Toda Documentação de comprovação da Habilitação jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, e qualificação técnica dessa empresa esteve todo tempo de Acordo com o solicitado no edital. Uma vez que a **MOROCKOSKI CONSTRUÇÕES LTDA-EPP** é Isenta de Inscrição estadual e os demais Documentos em Anexo se encontram no processo.

3-DO DIREITO

Para iniciar a discussão acerca do direito desta petição, é válido ressaltar o art.3º da Lei 8.666/93.

Art 3º, A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Cabe ainda lembrar o que o inciso I do Parágrafo do 1º do mesmo artigo reforça.



§1º É vedado aos agentes Públicos:

1-Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12º deste artigo e no art.3º da lei no 8.248, de 23 outubro de 1991.

Estas considerações servem para fazer-lhes lembrar de que o objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa para administração. Para tanto, deve-se considerar que, quanto maior a participação de empresas interessadas em oferecer o serviço, maior será a concorrência e, assim, aumentará as chances de encontrar a proposta mais vantajosa para o interesse público, respeitando, é claro, as melhores condições de contratação.

4-DA OBJEÇÃO

Infelizmente, não foi o que ocorreu na Tomada de Preço 006/2019, da Prefeitura Municipal de Diamantino, em que a ilustre Comissão de Licitação decidiu, ERRONEAMENTE, declarar como INABILITADA empresa **MOROCKOSKI CONSTRUÇÕES LTDA –EPP**.

O fato de Firmar que a Decisão foi ERRÔNEA se baseia no seguinte motivo:

Primeiro motivo: Analisando, o contrato social da empresa observa-se no bojo desse que atividade restringe-se a: **Serviços de construção civil em geral, terraplenagem, pavimentação, saneamento, drenagem, projetos de engenharia, locação de máquinas, equipamentos e estacionamento de veículos.**

Portanto, extrai-se que sua atividade restringe-se a prestação de serviços, e nesse contexto não há obrigatoriedade da empresa constituir inscrição estadual que é exigida para pessoas jurídicas que vendem e comercializam produtos que tenham incidência de ICMS.

E nesse Sentido, assim dispõe a **portaria 05/2014 do SEFAZ, em seu art.1 e 27, in verbis:**

Art. 1º O Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado de Mato Grosso – CCE/MT é o arrolamento de unidades cadastrais, pessoas físicas e/ou jurídicas, caracterizadas como unidades produtoras da agricultura, pecuária, silvicultura ou assemelhados, geradoras, industriais, comerciais, inclusive importadoras e/ou exportadoras, armazenadoras e prestadoras de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, bem como outros estabelecimentos, conforme determinado e/ou autorizado na legislação tributária.



§ 1º O Cadastro de que trata este artigo conterá elementos indispensáveis à identificação e classificação dos contribuintes do ICMS, bem como informações quanto à individualização dessas unidades, estabelecimentos pertinentes e logradouro, que permitam o acompanhamento econômico-fiscal das respectivas atividades.

§ 2º O CCE/MT tem por finalidade a sistematização, controle e atualização dos dados cadastrais dos contribuintes do ICMS no Estado de Mato Grosso.

Art. 27 Deverão promover a respectiva inscrição no CCE/MT:

(...)

V – as empresas de construção civil, quando contribuintes do ICMS;

(...)

§ 1º Em relação às empresas de construção civil, será observado o que segue:

I – a inscrição no CCE/MT é facultativa, quando a empresa de construção civil não for contribuinte do ICMS;

II – poderá ser autorizada inscrição no CCE/MT aos canteiros de obra de empresas de construção civil, hipótese em que a inscrição estadual será concedida pelo prazo certo de duração dos serviços, conforme disposto em contrato.

MOROCKOSKI

E Complementando o disposto acima, vale a pena transcrever o texto do art. 22 do regulamento do ICMS, in verbis:

Art. 22 Contribuinte é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadorias ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior. (cf. caput do art. 16 da Lei nº 7.098/98)

Veja que a obrigatoriedade da empresa de construção civil efetuar cadastro junto ao SEFAZ, somente quando for contribuinte do ICMS, que não é o caso da MOROCKOSKI CONSTRUÇÕES LTDA – EPP, eis que essa restringe a prestação de serviços e não comercializa produtos com habitualidades.

Conforme demonstrado está comprovado que esta empresa atende a todos os requisitos da contração, pelo fato de ser isento de inscrição estadual.



5-DOS PEDIDOS

- Pede-se e espera-se que a comissão de licitação receba, conheça, processe e acolha este recurso, **HABILITANDO a empresa MOROCKOSKI CONSTRUÇÕES LTD-EPP** para, assim, concorrer na fase abertura da proposta de preços.

- Assim, espera-se da comissão de licitação, em exercício de juízo de retratação e com fulcro no princípio da razoabilidade, reformar sua decisão anterior ou, em resolvendo insistir no seus argumentos, encaminhar o presente, no prazo legal, á autoridade hierarquicamente superior para exame, o que fica, desde já, expressamente requerido.

Como medida de inteira justiça,

Nestes termos,
Pede Deferimento.

Diamantino/MT, 30 de Maio de 2019



JOSE APOLINARIO DE QUEIROZ
RESPONSÁVEL LEGAL
RG: 00465097 SSP MT
CPF/MF: 299.609.831-53

**Secretaria de Estado
de Fazenda**



**Governo do Estado
de Mato Grosso**

Data: 27/05/2019 - 10:34:24

Comprovante de Inscrição Estadual e Situação Cadastral

Comprovante de Inscrição Estadual e Situação Cadastral

Tipo Documento: CNPJ 06.201.820/0001-28

* Captcha:



[Clique aqui se não visualizar a imagem.](#)

* Código da Imagem:

Enviar

Voltar

Não existe contribuinte inscrito para o CNPJ informado.

Voltar